

Livros VI e VII da República: Formas e Fenômenos em Platão*

[Leandro Anésio Coelho](#) **

Resumo

A República de Platão trata do diálogo ocorrido na casa do velho Céfalo com Sócrates e diversos outros, alguns que participam do diálogo e outros que permanecem anônimos. A investigação na obra é sobre o significado de justiça e como é a vida do homem e da cidade justos. Os livros intermediários da República, V a VII, são uma digressão do problema principal, que começa com a observação de como vivem as mulheres e crianças na cidade perfeita. Para este trabalho, interessa-nos a exposição da teoria platônica das Formas [idéias] e aparências ou sombras [Fenômenos] através da metáfora do Sol e alegorias da linha e da caverna nos livros VI e VII. Deseja-se saber a condição do homem que vive na esfera das aparências, sua permanência ou não neste estágio, sua possibilidade de conhecer o inteligível e por que é bom que isso ocorra.

Palavras-chaves: Platão, Formas, Aparências

Abstract

Plato's Republic is set at the old Cephalus' house who invites Socrates to be with him and his friends. The subject of the dialogue is an inquiry about the meaning of justice the kind of man's life and city may be said both just. This text deals with the platonic theory of Forms, and the sensible world, as it is developed in the allegories of the sun, the line and the cave (Books VI and VII). The question in focus here is about the condition of man as stated by the theory. What does it mean to man to live in the sensible world although with the possibility of reaching the intelligible world of the Forms? Why should this be worthwhile?

Word-keys: Plato, Forms, Sensible

* Este artigo foi fruto de uma pesquisa de Iniciação Científica orientada pelo Prof. Dr. Ignácio César de Bulhões. Agência financiadora: PIC UFSJ

** Graduando em Filosofia da Universidade Federal de São João Del-Rei (MG) e participante do PIC, Programa de Iniciação Científica. E-mail: leandrocoelho@mgconecta.com.br

Introdução

Como conhecemos e o que conhecemos? O que é a realidade para nós e tudo cessa nela?

A República, uma investigação a respeito do conceito de justiça e de como essa se manifesta no homem e na cidade e suas conseqüências, sofre uma digressão a partir do livro V que se estende até ao livro VII. Interessa-nos nesse trabalho a teoria platônica sobre o inteligível e o sensível, ou seja, naquele as Idéias e as Formas e nesse as aparências e as sombras. Essa teoria surge, de maneira evidente, na analogia da linha e alegoria da caverna.

Antes de analisar a exposição dessa teoria faz-se necessário acompanhar a investigação de Sócrates e dos participantes do diálogo sobre as características da alma filosófica e da importância desta na cidade perfeita, idealizada por Sócrates, assim como a exposição sobre o bem¹.

O homem filósofo tem uma alma estável e próxima do Ser e da verdade. Esse homem é o que a cidade precisa ter no seu comando, no seu governo, pois ele a livrará de todas as calamidades. Esse homem é o que tem o saber real, o que conhece a Forma unificadora de tudo o que existe, ou seja, que conhece o bem. A analogia da linha, final do livro VI, coloca de um lado os graus do Ser e de outro as operações da alma. Bem e filosofia estão no topo desta linha, no inteligível. Nesta mesma esfera, um pouco abaixo, estão os entes matemáticos e a razão. No sensível os seres naturais e a crença; um pouco abaixo imagens e suposição.

A alma filosófica é a que perpassa todas as operações em todos os graus do Ser e atinge o ponto mais alto: o bem, aquilo que é supremo em Platão, divino e único a estar acima da justiça. Sócrates usa a metáfora do sol para explicitar a importância do bem no inteligível assim como a importância do sol no sensível.

A alegoria da caverna, apresentada logo no início do livro VII, é, de certa forma, uma retomada da analogia da linha. Agora são homens algemados no interior da caverna a apreciarem sombras na parede e a tê-las como a única realidade. Aqui o homem filósofo é o único a se soltar e a encontrar o mundo externo à caverna, ou seja, passa do sensível para o inteligível, esfera das Formas e idéias.

Essa alegoria propicia uma longa exposição de Sócrates a respeito da educação e da constituição da alma filosófica, além de ressaltar a utilidade da dialética e da formação do cidadão através da música, ginástica e ciências matemáticas. Assim a analogia da linha explicita a teoria platônica das Formas e dos Fenômenos e se apresenta como uma Paidéia.

1. Idéias e Ascensão: Analogia da Linha

1.1. Preliminares da Analogia da Linha

A digressão existente na República presente nos seus livros intermediários tem por finalidade fazer uma minuciosa análise de como se constitui, ou pelo menos deve se constituir, a cidade perfeita. No início da digressão, livro V, observa-se à comunidade de mulheres e crianças neste tipo de cidade, a função delas e sua educação.

A analogia presente no livro VI e a alegoria no livro VII da República se faz marcante para o leitor. Uma dessas digressões, a da linha, investiga a existência do bem, algo supremo, como se verá.

¹ Alguns comentadores de Platão fazem uso desta palavra com letra maiúscula ao se referir ao “Bem” platônico. Optamos por usá-la com letra minúscula, como aparecerá no restante deste trabalho, assim como ela aparece na tradução da *República* de Maria Helena da Rocha Pereira, da Calouste Gulbenkian, 1993.

Os participantes do diálogo na República querem saber, momentos antes de se atingir a analogia da linha, qual é a natureza do filósofo, quem o é e quem não o é; o que faz dele um filósofo. Essa busca pela natureza do filósofo revelará ao final da discussão o seu caráter nobre, o que o aproxima do bem, caracteristicamente supremo. O filósofo, nos diz Sócrates, tem aversão à mentira, à falsidade, ama a verdade, distancia-se da mesquinhez e é dotado de memória. As características básicas da alma filosófica revelam o quanto esse tipo de homem é necessário para o governo da cidade para livrá-la das calamidades. Por isso, para o bem da cidade e dos cidadãos, tem-se duas opções: ou o filósofo seja colocado no governo ou o governante se torne filósofo (473d).

Sócrates aponta para o fato de, embora ter todas essas qualidades, o filósofo ser tido como inútil nas cidades, enquanto os sofistas, quem Sócrates muito combate, são estimados. Os sofistas são acusados no diálogo de ensinarem a “doutrina da maioria”, ou seja, ensinarem aquilo que alguém quer que seja ensinado; falam o que o ouvinte quer ouvir. Lembra-nos acomodação e um ensino voltado para o desejo dos mais fortes, sem compromisso com a verdade.

O desejo de Sócrates é que o filósofo ocupe o lugar de destaque e importância até então ocupado pelo sofista, além do governo da cidade. O caráter de sabedoria e ‘estabilidade’ da alma filosófica faz essas mesmas qualidades atingirem a cidade.

Com base na constituição da alma filosófica, Sócrates diz que na sua época não existia nenhum governo de caráter filosófico, por isso mesmo eles eram instáveis e se dissolviam. Alguns estudiosos de Platão vêem aí uma grande colaboração para a condenação de Sócrates em 399 a.C.: os governantes podiam ver em Sócrates uma ameaça aos seus cargos, governo e poder. Quem é aquele homem que os acusa de instáveis e inadequados para o governo da cidade? Pior, o que deseja esse homem?

Sobre a relação da filosofia com a cidade, Sócrates revela no diálogo que

Não há Estado, nem governo nem sequer um indivíduo que do mesmo modo possa jamais se tornar perfeito, antes que a esses filósofos pouco numerosos a que agora chamam, não perversos, mas inúteis, a necessidade, saída das circunstâncias, os force, quer queiram quer não, a ocupar-se do Estado, e que este lhes obedeça; ou antes que um verdadeiro amor da filosofia verdadeira, por qualquer inspiração divina, se apodere dos filhos ou dos próprios homens que estão atualmente no poder ou ocupam o sôlio real. Dizer que uma ou outra destas hipóteses é impossível de se dar, ou nenhuma delas, acho que não há razão para tal. Se assim fosse, seria justo que troçasse de nós, por não passarmos, nas nossas conversas, de meras fantasias. (PLATÃO, 1993: 291)

A caracterização do filósofo que se dá neste livro VI é essencial para desembocar na metáfora do sol e analogia da linha neste mesmo livro, o que acarretará a alegoria da caverna no livro seguinte e a exposição da teoria de Platão a respeito das idéias [Formas] e das aparências [Fenômenos].

Nos diz Sócrates que o filósofo é ordenado, convive com o que é divino, se dedica ao Ser e à verdade:

Ora certamente o filósofo, convivendo com o que é divino e ordenado, tornar-se-á ordenado e divino até onde é possível a um ser humano. Embora em toda à parte se multipliquem os detratores. (PLATÃO, 1993: 294)

Afirmar que o filósofo é apaixonado pelo Ser e pela verdade é reafirmar a necessidade que a cidade tem de ter alguém com esta configuração no poder, na administração da vida dos cidadãos. Se não bastasse ser dessa forma, o filósofo é aquele que revela estar em

proximidade com o que há de mais divino, pleno. Mas que divindade é essa à qual o filósofo tem acesso?

1.2. Analogia da Linha

O livro VI da República revela o que há de mais divino e supremo para Sócrates, o que está no ponto mais alto, o único a estar além da justiça: o bem.

O bem platônico é algo inteligível e desperta curiosidade já entre os antigos:

Já entre os antigos, a obscuridade do “Bem de Platão” era proverbial e fornecia matéria para zombarias, abundantemente explorada pelos poetas cômicos. E, no entanto, esse “Bem” inteligível é o que toda alma busca, e do qual ela faz o fim de todos os seus atos, porque adivinha seu valor, embora sendo impotente para apreender claramente sua essência. O Bem de Platão é, na verdade, o bem de todo o mundo. (GOLDSCHMIDT, 1970: 33)

O bem para Platão é para onde direciona todas as almas, todos os homens. É aquilo que todos nós almejamos e buscamos alcançar. Para Sócrates, quem atinge essa espécie de bem é filósofo, pois está no ponto mais alto das operações da alma.

O bem é o único a estar acima da justiça, o que tanto se investiga na República. O bem, como dito, possui caráter unificador, é supremo e alcançado pelo filósofo. Mas, de acordo com Platão, o que pode ser tão supremo?

Não resta ao bem, senão, incorporar um caráter divino. O bem platônico é a própria divindade, ordenadora e uma espécie de Forma suprema. Por isso ela é essencial para o homem e para deixar sua alma em ordem. Para explicitar a tamanha importância do bem na esfera inteligível, Platão metaforiza-o com o sol na esfera sensível.

Todas as coisas que estão no sensível aparecem-nos na penumbra quando iluminado por uma luz derivada. Mas essa mesma coisa aparece claramente quando iluminada pelo sol; aí se pode ver objetivamente o que a coisa é e todas as suas características. Da mesma forma, pode-se conhecer sem margem de erros algo quando à luz do bem. Para Platão, então, o sol está para a esfera sensível assim como o bem está para a esfera inteligível.

Podes, portanto, dizer que é o Sol, que eu considero filho do bem, que o bem gerou a sua semelhança, o qual bem é, no mundo inteligível, em relação à inteligência e ao inteligível, o mesmo que o Sol no mundo visível em relação à vista e ao visível. (PLATÃO, 1993: 307)

Pappas estabelece a seguinte dinâmica entre o bem e o sol:

Pretendendo, embora, falar apenas da educação dos filósofos, Sócrates diz que vai submetê-los ao “estudo máximo”. Pressionado a explicitar isto, usa uma série de imagens para sugerir a Forma do Bem, o pináculo da inquirição filosófica. A Forma do Bem é como o sol; as relações entre a Forma do Bem, todas as outras Formas e os objetos da palavra visível podem traçar-se ao longo de uma linha divisória; a relação dos seres humanos com a Forma do Bem se assemelha à relação entre os prisioneiros de uma caverna e o sol. (PAPPAS, 1995: 146)

As características do bem e suas relações com as pessoas justificam o governo do filósofo: quão ordenadas será a cidade que possua no seu comando um governante filósofo, de acesso ao bem e que contagiará a cidade com toda essa ordem!

O bem é o que unifica a alma do homem, coloca em ordem as Formas a que ele tem acesso da esfera inteligível. O bem é

o liame que impede as coisas de se perderem no fluxo universal, é o Atlas poderoso e imortal que sustém todas as coisas para o melhor; o bem, isto é, o obrigatório, liga e contém tudo. Se as Formas são ser, o bem é a parte mais luminosa do ser, o melhor dos seres, ou ainda o que é

perfeitamente ser, o que pode ser entendido – seja como Ser na sua extensão total (o Universo inteligível e o Universo visível) seja como o Ser na sua acepção plena, o Ser por excelência (fórmula que opõe, conjuntamente, o ser das Formas ao devir das coisas sensíveis, e o Ser melhor ao ser derivado das Formas). (GOLDSCHMIDT, 1970: 44)

Esse mesmo autor escreve sobre a luz que o bem lança na pesquisa dialética em Platão e da diferença da investigação do bem na República:

Nenhum diálogo tenta o conhecimento do Bem. Todos eles não se aventuram a isso senão a tão longe quanto disso têm necessidade para conhecer tal Forma particular. Eles o conseguem chegando ao princípio an-hipotético, o qual, sem dúvida, nunca é definido em todo seu brilho, mas suficientemente, entretanto, para terminar o estudo da Forma particular que era a única a constituir o objeto da pesquisa. O bem ilumina toda pesquisa dialética; ele não é visado, diretamente, por nenhuma. (GOLDSCHMIDT, 1970: 49)

Sócrates evidencia através dos seus argumentos no livro VI que enquanto o sol “reina” na esfera sensível, o bem “reina” na esfera inteligível: cada um desses possui o seu grau de importância onde ilumina. O paralelo entre as duas esferas, sensível e inteligível, gera a comparação entre os seguintes elementos, sendo os da esquerda pertencentes à esfera sensível e os da direita esfera inteligível:

Mundo sensível	→	Mundo inteligível
Sol	→	Idéia do Bem
Luz	→	Verdade
Objetos da visão (cores)	→	Objetos do conhecimento (idéias)
Sujeito que vê	→	Sujeito cognoscente
Órgão da visão (olhos)	→	Órgão do conhecimento
Faculdade da visão	→	Faculdade da razão
Exercício da visão	→	Exercício da razão
Aptidão para ver	→	Aptidão para conhecer

A discussão a respeito do bem segue passo a passo, em conformidade com o que os participantes do diálogo haviam pedido no início, de que ela transcorresse da mesma forma que sobre a justiça, gradativamente, para não se esquecer de observar nenhum detalhe. É certo que Sócrates disse aos seus interlocutores que talvez não desse conta de não deixar escapar nenhum por menor, mas que todos ficassem atentos a isso e o ajudassem na busca do bem.

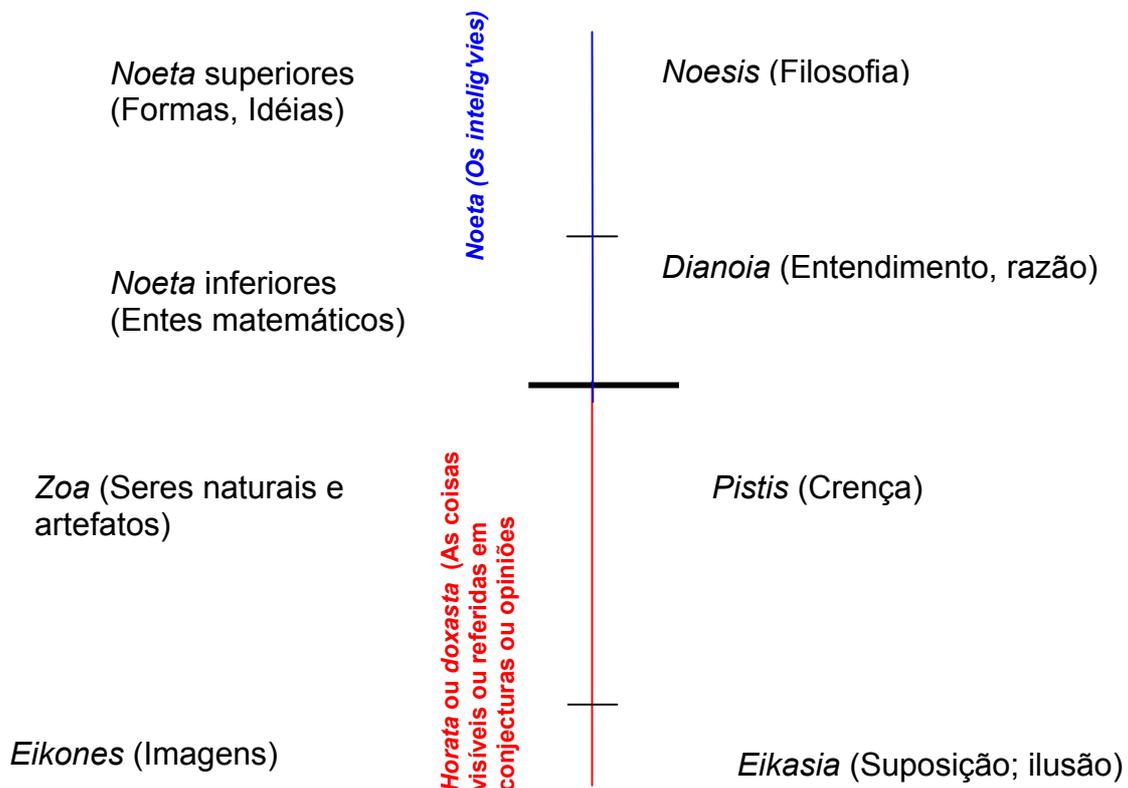
E é dessa forma a investigação sobre o bem: do mesmo modo que quando se discutia a justiça, Sócrates incita seus interlocutores a buscarem qualquer erro no diálogo e a buscarem o entendimento do que é o bem, seu papel e importância para a vida do homem.

Falou-se aqui que o bem é divino. Reale, na sua obra Para uma nova interpretação de Platão, expõe a possibilidade de se interpretar inadequadamente o bem: ele é divino, mas não é um deus. Aquele e este se confundem em Platão numa leitura corriqueira. A diferença essencial é que o divino é insuperável, é a Forma suprema e ordenadora de todas as demais. Deus é um ente constituído, uma “pessoa” que possui o bem, experimenta dessa forma suprema e deseja que ela atinja os homens. Fica indubitável a posição do bem: aquilo que não é superado, pois é supremo.

Deus não deve ser confundido [...] com o divino, e portanto com o Princípio primeiro (o Bem, ou seja, o Uno e a Medida suprema), que é a regra e aquilo a que se refere à Inteligência. E menos ainda deve ser confundido com o todo do ser. Platão concebe o seu Deus em dimensão pessoal, atribuindo-lhe, além da suprema “inteligência”, também a “vontade”. A atividade do Deus platônico não é um simples agir da Inteligência em função do inteligível. É um querer a realização desse inteligível. (REALE, 1991: 527)

Só depois de muita discussão sobre o bem e todas as suas características, levando o diálogo gradativamente e analisando por menores, como havia sido acertando previamente com os participantes do diálogo, é que se tem a analogia da linha, já nos últimos momentos do sexto livro da República. Não poderia ser de outra forma: se a analogia da linha proposta aparecesse nos primeiros momentos desse livro, não se entenderiam alguns dos elementos que ladeiam a linha dividida, ou não seriam compreensíveis a importância e posição dos respectivos elementos.

Mas, já se tendo exposto e entendido o bem como algo supremo e divino, segue Sócrates com a proposta de analogia para explicar a relação existente entre as esferas sensível e inteligível, de como se dá o conhecimento e a ascensão da alma.



J. E. Raven considera que o Bem é acessível somente às operações mais desenvolvidas da alma e quem o atinge é filósofo:

O Bem, para Platão, é, [i] em primeiro lugar, e com mais evidência, a finalidade ou alvo da vida, o objeto supremo de todo o designo e toda a aspiração. [ii] Em segundo lugar, e mais surpreendentemente, é a condição do conhecimento, o que torna o mundo inteligível e o espírito inteligente. E [iii] em terceiro, último e mais importante lugar, é a causa criadora que sustenta todo o mundo e tudo o que ele contém, aquilo que dá a tudo o mais a sua própria existência. (PLATÃO, 1993: XXVII)

A analogia da linha constitui-se de uma linha dividida em duas partes inicialmente, separando esfera sensível abaixo e esfera inteligível acima. De um lado da linha, graus do Ser; do outro lado, operações da alma no sentido de ascensão, indo de encontro ao conhecimento real.

Depois de separadas as duas esferas, as mesmas são divididas em duas partes desiguais. Na esfera sensível: na parte mais baixa, as imagens, alcançadas através da suposição ou ilusão; na parte superior, os seres naturais alcançados pela crença. Na esfera inteligível: na parte mais baixa, os entes matemáticos acessados através do entendimento ou razão; na parte mais elevada, as formas e idéias às quais se tem acesso através da filosofia, ou seja, o que é de supremo, o bem.

A didática platônica sintetiza todo o discurso do livro VI na analogia da linha e não deixa escapar nenhum elemento, mostrando a importância do bem, sua posição e papel na vida do homem. Não só isso, explicita o quanto à filosofia, assim como o bem, é única e suprema, o que demonstra a importância do filósofo para a cidade, para que essa se livre das calamidades e se torne perfeita.

Sócrates ainda ressalta, após a exposição da analogia da linha, a importância da esfera inteligível, na qual estão o bem e a filosofia:

Aprende então o que quero dizer com o outro segmento do inteligível, daquele que o raciocínio atinge pelo poder da dialética, fazendo das hipóteses não princípios, mas hipótese de fato, uma espécie de degraus e de pontos de apoio, para ir até aquilo que não admite hipóteses, que é o princípio de tudo, atingido o qual desce, fixando-se em todas as consequências que daí decorrem, até chegar à conclusão, sem se servir em nada de qualquer dado sensível, mas passando das idéias umas às outras, e terminando em idéias. (PLATÃO, 1993: 312)

Explicita assim Platão a importância do bem para a dialética, como que ele, o bem, a ilumina, assim como a importância da esfera inteligível.

2. Idéias (Formas) e Conhecimento: Alegoria da Caverna

A alegoria da caverna faz os livros VI e VII manterem uma conexão direta entre eles. A analogia da linha é uma etapa essencial para o que ocorre no livro seguinte; e nesse Platão deixa transparecer de forma muito mais clara a sua teoria acerca das Formas e das aparências [fenômenos], da esfera inteligível e sensível.

A superação de barreiras e o acesso ao conhecimento é o que nos conta a alegoria da caverna: homens estão no interior de uma caverna, amarrados e algemados, impossibilitados de saírem e de olharem para trás. A única coisa que eles vêem é a parede que está à sua frente, na qual ficam passando diversas sombras produzidas por uma fogueira que existe atrás desses homens. Ainda atrás deles, junto com a fogueira, existe um muro impedindo a saída da caverna.

Para esses homens, tudo o que se passa na parede, as sombras, é o que eles conhecem, ou seja, é a verdade para eles, o que existe. Um desses homens se liberta desta prisão, se volta para trás, passa pela fogueira, pula o muro e chega ao exterior da caverna. Lá está tudo que produz sombras na parede da caverna e é iluminado pelo sol.

O homem que se liberta sofre dor; não está acostumado com a forte luz do sol. Ele começa a olhar as sombras, o reflexo nas águas, até poder olhar o sol e entender que esse é que produz as estações e ilumina toda aquela realidade.

Logo que alguém soltasse um deles [homens algemados no interior da caverna], e o forçasse a endireitar-se de repente, a voltar o pescoço, a andar e a olhar para a luz, ao fazer tudo isso, sentiria dor, e o deslumbramento impedi-lo-ia de fixar os objetos cujas sombras via outrora. (PLATÃO, 1993: 316)

Depois de observar tudo isso, o prisioneiro que se soltou volta para a caverna:

o prisioneiro que se escapou da caverna onde só contemplava sombras e que chegou à clara luz do dia, à visão da realidade, não deve guardar as suas descobertas só para si, não pode deixar de voltar atrás, deixar de descer à caverna, deixar de trazer aos outros prisioneiros, menos favorecidos pela sorte, um reflexo da luz que ele contempla. (KOYRÉ, 1963: 101)

Ao retornar à caverna e contar para os seus o que viu do lado de fora, o homem que se libertou seria zombado e pensariam que ele havia estragado a visão nesse percurso, denotando não valer a pena a ascensão. Assim, os homens optam por continuarem algemados no interior da caverna, sem ter acesso ao conhecimento pleno.

A alegoria da caverna é a imagem da educação platônica. Ela tem correspondência direta com a analogia da linha, como se pretende mostrar.

A caverna corresponde ao mundo do visível e o Sol é o fogo cuja luz se projeta dentro dela. A ascensão para o alto e a contemplação do mundo superior é o símbolo do caminho da alma em direção ao mundo inteligível. [...] O conhecimento do verdadeiro Ser representa ainda a passagem do temporal ao eterno. A última coisa que na região do conhecimento puro a alma aprende a ver, com esforço, é a idéia do Bem. Mas, uma vez que aprende a vê-la, necessariamente tem de chegar à conclusão de que esta idéia é a causa de tudo quanto no mundo existe de belo e de justo. (JAEGER, 1979: 828-9)

Interior e exterior da caverna correspondem, respectivamente, à esfera sensível e esfera inteligível. Estar no interior da caverna é permanecer iludido com as aparências e não ter acesso ao conhecimento. Sair da caverna é ascender ao conhecimento, atingir a esfera inteligível e acessar as Formas. O que se vê no exterior da caverna é o que está fora da esfera sensível e poder contemplar as Formas perfeitas é, através da filosofia, atingir o cume da linha representada anteriormente por Platão.

De acordo com essa alegoria [da caverna], estudar filosofia torna-se processo de se libertar das algemas e, esforçadamente, conseguir ver, primeiro, a fogueira, depois a boca da caverna e, por fim, o mundo exterior iluminado pela luz solar. Uma vez fora, os iniciados têm de se acostumar àquela luz fulgurante, olhando, primeiro, as sombras e reflexos dos humanos e outras coisas, em seguida as próprias coisas e, finalmente, a fonte de toda a luz, o sol. Não admira que quem regresse à caverna e tente enganar os prisioneiros que lá ficaram das suas ilusórias opiniões acerca da realidade seja desprezado e escarnecido: ignorantes da grande luz que atrás deles brilha, os prisioneiros tomam a desorientação de alguém que caminha da luz para a escuridão pela confusão superficialmente semelhante de quem passa da escuridão para a luz. (PAPAS, 1995: 147)

O homem que sai da caverna alcança o saber real porque ele conhece o que existe no mundo das Idéias. Platão revoluciona, assim, a concepção de saber; conhecer passa a ser visitar o mundo das Idéias, conhecer as Formas no seu lugar de origem, ou seja, aquilo que produz as sombras na esfera sensível. Quem alcança o inteligível não se preocupa mais com assuntos dos homens, mas preocupa-se em manter a sua alma nas alturas.

Essa caracterização da alma que executa todas as operações, que atinge o ponto mais alto da linha da analogia ou aquela que escapa das amarras da caverna, ou seja, o verdadeiro filósofo, ratifica a importância de que o governo da cidade esteja sob os cuidados de um filósofo ou que o governante se torne filósofo. O caráter nobre de quem conhece o inteligível e entende tudo isso deve guiar a cidade na sua existência, pois é alguém que sabe, que

conhece como nenhum outro na cidade. Desta forma a alegoria da caverna se revela uma Paidéia.

A filosofia, capaz de levar o sujeito ao conhecimento das Formas, não é o engajamento de todos.

A filosofia [...] é muito perigosa. Exigem coragem, perseverança, dons excepcionais. Por isso, a prova pela filosofia é a prova decisiva. E é entre os que saírem vitoriosos e que, pelo preço de longos e pacientes esforços, chegarem finalmente à verdade, à contemplação ou conhecimento intuitivo do Ser e do Bem, que serão escolhidos, mais tarde, os verdadeiros chefes, os reis-filósofos da Cidade platônica. (KOYRÉ, 1963: 100)

A segunda metade do livro VII da República deixa transparecer ainda mais o sentido de Paidéia da alegoria da caverna. Os participantes do diálogo querem saber que tipo de ciência poderia levar a alma do que é mutável para o que é seguro, de impedir que a alma do homem fique a transitar entre as luzes e as trevas e que ela não permaneça dentro da caverna, como aqueles homens da alegoria.

A investigação sobre o que torna a alma instável ou não deve proceder com o olhar atento sobre os diversos tipos de alma. Aqui a preocupação com a educação do cidadão será tão intensa quanto no livro III desta mesma obra, quando se falava da educação do guardião da cidade perfeita, com algumas diferenças: lá ginástica e música educavam as duas faces da alma; aqui Sócrates acrescenta na educação do cidadão a matemática, incluindo nestas ciências como a aritmética, geometria e astronomia.

Sócrates regressa finalmente à questão original desta digressão dentro de uma digressão: que passos terão de dar os dirigentes da cidade em direção aos filósofos atentos não aos aspectos mutáveis do mundo mas às verdades eternas do reino inteligível? O restante do Livro VII sugere um currículo para efetuar a conversão. À música e à ginástica, que garantiriam a educação dos guardiões nos Livros II e III, Sócrates acrescenta a matemática: esta inclui a aritmética, a geometria, plana e dos sólidos, a astronomia e a harmonia. (PAPAS, 1995: 149)

A importância destas ciências na vida do homem é observadas nas diversas classes, como na dos guardiões, que devem usar a matemática e a geometria para auxiliá-los na arte da guerra. Mas todas as ciências mencionadas acima devem atuar, em conjunto, na formação do cidadão, ou melhor, contribuir para a constituição do melhor cidadão para a cidade perfeita. Sócrates realça o poder e importância da educação afirmando que para tudo o que a alma não sabe fazer ela pode ser treinada e se acostumar, exceto com o pensar. Não funciona desta forma quanto se trata de pensar, porque isso possui um caráter divino. Não muito neste livro, mas em outros da República, aponta-se para o fato de, dado esse ponto especial e divino, o pensar não poder ocorrer de forma agressiva e sob tortura. Quem não passou por uma boa educação e formação não deve ser colocado na governança da cidade, pois será incapaz de bem conduzi-la.

Dado o ponto de Paidéia da analogia da linha e do movimento de ascensão ao conhecimento, aqueles homens que participam do diálogo querem saber que tipo de ensino faz o homem galgar degraus em direção ao conhecimento máximo e que tipo de estudo o aproxima do Ser, da verdade e do invisível, ou seja, do inteligível. “Mas eu, por mim, não posso pensar em nenhum outro estudo que faça a alma olhar para cima, senão o que diz respeito ao Ser e ao invisível.” (PLATÃO, 1993: 340)

Nobre ciência que encaminha o sujeito para o Ser e para a verdade é a filosofia. Há muito Sócrates já havia se preocupado em dizer que o filósofo é envolvido com o Ser e com ele se preocupa. Por isso também o homem filósofo, que é o único na cidade a desprezar o poder e honrarias políticas, estará no governo da cidade e sobre sua tutela estarão todos os demais cidadãos, quem ele deverá guardar. Sendo ele aquele que “saiu da caverna”, tem o saber

verdadeiro e conhece as Formas, é o melhor para estar na condução da cidade e dos seus cidadãos, aquele que livrará a cidade de todas as suas calamidades, sendo um governo consciente. A filosofia é vista como aquela que conduz a alma para aquilo que não é mutável. Todas as outras ciências, embora componham a educação dos guardiões, trabalham com o que é mutável ou elas mesmas variam. Assim ocorre com a ginástica, que prepara só o corpo; com a música, que trabalha só o ritmo, harmonia e regularidade; com a arte, que somente representa o que lhe aparece.

A filosofia conduz o homem no conhecimento do bem, daquilo que há de mais supremo, como muito visto na analogia da linha. O homem filosófico conhece o que realmente é e teve acesso à Forma principal, aquela que é unificadora. A filosofia é

a libertação das algemas e o voltar-se das sombras para as figurinhas e para a luz e a ascensão da caverna para o Sol, uma vez lá chegados, a incapacidade que ainda têm de olhar para os animais e plantas e para a luz do Sol, mas, por outro lado, o poder contemplar reflexos divinos na água e sombras, de coisas reais, e não, como anteriormente, sombras de imagens lançadas por uma luz que é, ela mesma, apenas uma imagem, comparada com o Sol – são esses os efeitos produzidos por todo este estudo das ciências que analisamos; elevam a parte mais nobre da alma à contemplação da visão do mais excelente dos seres, tal como a pouca a parte mais clarividente do corpo se elevava à contemplação do objeto mais brilhante na região do corpóreo e do visível. (PLATÃO, 1993: 345)

Contudo, Sócrates diz que é preciso ter “agudeza de espírito²” para o estudo e não apresentar dificuldades para tanto. Comumente as almas [os homens] têm mais receio dos estudos do que dos exercícios e da ginástica, por isso faz-se necessário descobrir as tendências naturais de cada alma, diagnosticar para qual lado tende mais cada homem na cidade perfeita, para que esses possam assumir funções de acordo com o que as suas habilidades mais apontam; que os tendentes aos estudos se coloquem neste ramo e os tendentes à ginástica se coloquem a treinar e a ficar cada vez melhores. Isso deve ocorrer desde quando as pessoas são novas, para que aproveitem ao máximo as suas capacidades.

Os cidadãos devem fazer uso das ciências, principalmente daquelas que auxiliam a dialética, o quanto antes, da mesma forma que se colocam a descortinar as suas tendências.

Desde crianças que devem aplicar-se à ciência do cálculo, da geometria e a todos os estudos que hão de preceder o da dialética, fazendo que não sigam contrafeitos estes planos de aprendizado. [...] Quem é livre não deve aprender ciência alguma como uma escravatura. E que os esforços físicos, praticados à força, não causam mal algum ao corpo, ao passo que na alma não permanece nada que tenha entrado pela violência. (PLATÃO, 1993: 352)

É evidente a importância dada ao bem por Platão e seu caráter divino:

Em relação à natureza, a feição socrática leva Platão a uma suprema filosofia, que é a teoria das idéias, a qual é, em derradeira instância, teologia, dissociada da física. No campo da política, o conhecimento do Bem, encarado como meta de todos os atos, conduz ao reinado dos filósofos, isto é, dos representantes da nova religião do espírito, no Estado da idéia pura. (JAEGER, 1979: 834)

A filosofia, assim como o bem, encontra-se na esfera inteligível. Possui importância tanto quanto aquele; filosofia e bem são indissociáveis no que diz respeito à suas importâncias para o homem. A filosofia aparece como um processo daquele que tem acesso ao bem, estado daquele homem que conhece o bem ou a Forma principal, singular e suprema que ordena toda a realidade.

² O filósofo utiliza esta expressão e a mesma pode ser melhor compreendida em 535b.

Considerações finais

Tal e qual no restante da República, quando os participantes do diálogo se colocam a investigar o significado de justiça, a exposição sobre a importância do filósofo para a cidade é cuidadosa e estruturada em argumentos fortes e consistentes.

O início do livro VI revela-nos aqueles homens preocupados em investigar a alma filosófica sem fazer grandes afirmações como que o filósofo deve assumir o governo da cidade. Só a partir do momento que a alma do homem filósofo passa a ser descortinada e a se mostrar “diferenciada” das demais é que Sócrates, conduzindo o diálogo, aponta a importância do filósofo na cidade e de que esse é capaz de livrar aquela das calamidades.

Todo “poder” do filósofo fica mais evidente com a analogia da linha, quando o bem é posto no mais alto ponto da linha e só a alma no seu último movimento é capaz de alcançá-lo. O filósofo é aquele que possui o saber real, conhece a Forma unificadora, mas não está neste estágio por um passe de mágica, mas porque a sua alma passou por todas as operações e atingiu o cume dos graus do Ser na linha dividida.

A diferenciação do filósofo acontece ainda na alegoria da caverna, de certa forma uma volta à analogia anterior. O filósofo é aquele que se liberta das amarras, sai da caverna e enxerga as Formas reais que provocam as sombras nas paredes e formam a realidade para aqueles homens que permanecem alienados e algemados no interior da caverna.

O homem possuidor de alma filosófica não se contenta em visitar a esfera inteligível, onde estão as idéias, as Formas. Ele deseja anunciar aos outros homens que o que eles vêem são apenas fenômenos, aparências, sombras da realidade que não está naquela esfera sensível, mas na inteligível. Ao fazer isso, prevê Sócrates, o filósofo é zombado e morto por duvidar daquilo que os olhos constatarem. Qualquer proximidade da sorte do homem filósofo na República com a vida de Sócrates e sua condenação em 399 a.C. não é mera semelhança.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, Rachel Gazolla de. Platão: o cosmo, o homem e a cidade. Um estudo sobre a alma. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- GOLDSCHMIDT, Victor. A Religião de Platão. Trad. Ieda e Oswaldo Porchat Pereira. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- HAVELOCK, Eric. Prefácio a Platão. Trad. Enid Abreu Dobránsky. Campinas (SP): Papyrus, 1996.
- JAEGER, Werner. Paidéia: A formação do homem grego. Trad. Arthur M. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1979. pp. 699-933.
- KOYRÉ, Alexandre. Introdução à leitura de Platão. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1963.
- PAPPAS, Nickolas. A República de Platão. Trad. Abílio Queiroz. Lisboa: edições 70, 1995.
- PLATÃO. A República. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993.
- REALE, Giovanni. Para uma nova interpretação de Platão. Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 1997.